

## Atos Oficiais

### Portaria IMPRERP:

**PORTARIA Nº 388, DE 08 DE JANEIRO DE 2021.** CLAYTON SOARES DOS SANTOS, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais, RETIFICA a portaria nº. 387 de 05/01/2021. Onde lê-se: NOMEAR a servidora NELCI APARECIDA DE OLIVEIRA OGATA, portadora do CPF nº. 149.141.018-31 para o cargo de Diretor Executivo Administrativo e Financeiro, a contar de 5 de janeiro de 2021; leia-se: NOMEAR a servidora NELCI APARECIDA DE OLIVEIRA OGATA, portadora do CPF nº. 149.141.018-31 para responder interinamente pelo cargo de Diretor Executivo Administrativo e Financeiro, a contar de 5 de janeiro de 2021.

### Contratos:

Contratos firmados no mês de Dezembro de 2020 com a Prefeitura de Ribeirão Pires:

CONTRATADO: LUMIAR HEALTH BUILDERS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, 571/2020, aditamento ao contrato nº 552/2016, contratação de empresa para locação de concentradores de oxigênio para paciente domiciliar, R\$ 14.860,00, 07/12/2020, PA 7062/2016. CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, 572/2020, aditamento ao contrato nº 450/2019, contratação de empresa especializada em seguro de veículos, R\$ 1.968,57, 07/12/2020, PA 5601/2019. CONTRATADO: RIMODEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, 573/2020, aditamento ao contrato nº 479/2012, locação de sala para Secretaria de Obras, R\$ 70.077,72, 07/12/2020, PA 8859/2012. CONTRATADO: MARCOS ANTONIO DA SILVA 19224671896 ME, 574/2020, aditamento ao contrato nº 395/2020, contratação de empresa para execução de Reforma do Portal e Revitalização do canteiro central da Avenida Humberto de Campos, 07/12/2020, PA 4118/2020. CONTRATADO: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, 575/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 192.900,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA, 576/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 258.290,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: BASCEL SOLUÇÕES LTDA – EPP, 577/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 24.900,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: BIOFAC INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, 578/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 30.000,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, 579/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 31.000,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: CIRÚRGICA OLÍMPIO – EIRELI, 580/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 48.860,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, 581/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 245.240,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, 582/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 354.384,50, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, 583/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 33.600,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: DROGARIA POPULAR MELHOR PREÇO RGS EIRELI, 584/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 143.970,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, 585/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 826.000,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: EXEMPLARMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, 586/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 248.700,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: FRAGNARI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, 587/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 135.785,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA, 588/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 79.890,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, 589/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 87.500,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA, 590/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 46.285,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: LIGIA MARIA CARNEIRO – ME, 591/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 389.900,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, 592/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 33.480,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: REALMED DISTRIBUIDORA LTDA – EPP, 593/2020, registro de preços para fornecimento de medicamentos diversos, R\$ 444.900,00, 08/12/2020, PC 2792/2020. CONTRATADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PIRES, 594/2020, aditamento ao acordo de cooperação nº 691/2019, cooperação técnica para fornecimento de Plano de Assistência Médica e Odontológica aos funcionários públicos ativos e os regidos pela CLT, 10/12/2020, PA 3640/2019. CONTRATADO: ASSERTIVA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, 595/2020, contratação de empresa para prestação de serviço de consultas cadastrais de pessoas físicas e jurídicas visando a identificação de dados e bens de contribuintes, R\$ 4.964,28, 10/12/2020, PI 6049/2020. CONTRATADO: WTC – WORLD TRADE CENTER – SÃO PAULO, 596/2020, termo de rescisão amigável ao acordo de cooperação técnica nº 504/2017, que trata da parceria entre a CBF, WTC e a Prefeitura de Ribeirão Pires, 15/12/2020, PA 5425/2017. CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO RIBEIRÃOPIRENSE PARA INTEGRAÇÃO SOCIAL, 597/2020, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - criança e adolescentes de 06 a 15 anos, R\$ 50.727,60, 17/12/2020, PA 5659/2020. CONTRATADO: CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO DE RIBEIRÃO PIRES, 598/2020, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – Idoso, R\$ 87.328,80, 17/12/2020, PA 5660/2020. CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE PREVENÇÃO, ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE RIBEIRÃO PIRES, 599/2020, serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias, R\$ 176.742,00, 17/12/2020, PA 5661/2020. CONTRATADO: LAR ESPÍRITA DR. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES, 600/2020, serviço de acolhimento institucional para idosos (instituição de longa permanência para idosos - ILPI), R\$ 162.186,00, 17/12/2020, PA 5664/2020. CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO RIBEIRÃOPIRENSE PARA INTEGRAÇÃO SOCIAL, 601/2020, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - criança e adolescentes de 06 a 15 anos, R\$ 179.852,40, 17/12/2020, PA 5665/2020. CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE PREVENÇÃO, ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE RIBEIRÃO PIRES, 602/2020, serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias, R\$ 205.200,00, 17/12/2020, PA 5666/2020. CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO SANT'ANNA CRIANÇAS DE RIBEIRÃO PIRES, 603/2020, serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, R\$ 162.450,00, 17/12/2020, PA 5667/2020. CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA COM ESPERANÇA DA GRANDE SÃO PAULO - ACESP, 604/2020, serviço de acolhimento à pessoas em situação de rua (casa de passagem), R\$ 392.640,00, 17/12/2020, PA 5668/2020. CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO SANT'ANNA CRIANÇAS DE RIBEIRÃO PIRES, 605/2020, serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, R\$ 649.800,00, 17/12/2020, PA 5669/2020. CONTRATADO: CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO DE RIBEIRÃO PIRES, 606/2020, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – Idoso, R\$ 248.551,20, 17/12/2020, PA 5670/2020. CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AÇÃO SOCIAL CRISTÃ, 607/2020, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - adultos de 30 a 59 anos, R\$ 58.800,00, 17/12/2020, PA 5671/2020. CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO VIVA BEM A IDADE QUE TEM, 608/2020, serviço de acolhimento institucional para idosos (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI), R\$ 405.465,00, 17/12/2020, PA 5672/2020. CONTRATADO: LAR ESPÍRITA DR. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES, 609/2020, serviço de acolhimento institucional para idosos (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI), R\$ 113.530,20, 17/12/2020, PA 5673/2020. CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AÇÃO SOCIAL CRISTÃ, 610/2020, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – jovens de 18 a 29 anos, R\$ 58.800,00, 17/12/2020, PA 5786/2020. CONTRATADO: NEW QUALITY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP, 611/2020, aditamento ao contrato nº 162/2018, contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios para a merenda escolar, R\$ 1.808.020,00, 11/12/2020, PA 6954/2018. CONTRATADO: PIONEIRA ASSESSORIA E COMÉRCIO EM INFORMÁTICA LTDA - EPP, 612/2020, aditamento ao contrato nº 553/2017, contratação de empresa para manutenção do sistema de servidores virtuais e consultoria em informática, R\$ 76.824,00, 17/12/2020, PA 10833/2017. CONTRATADO: PHONOTEC COMÉRCIO, COPIADORA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA – EPP, 613/2020, aditamento ao contrato nº 529/2017, contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas máquinas copiadoras da Prefeitura, R\$ 79.400,40, 17/12/2020, PA 110/2017. CONTRATADO: DROGARIA POPULAR MELHOR PREÇO LTDA - EPP, 614/2020, aditamento ao contrato nº 159/2018, contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios para a merenda escolar, R\$ 52.861,60, 17/12/2020, PA 6951/2018. CONTRATADO: GASBALL ARMAZENADORA E DISTRIBUIDORA LTDA, 616/2020, registro de preços para fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), R\$ 202.300,00, 18/12/2020, PC 5075/2020. CONTRATADO: BANCO DO BRASIL S/A, 617/2020, credenciamento de Instituições Financeiras e Instituições de Pagamentos para a prestação de serviços bancários, sem exclusividade, para arrecadação de tributos e demais receitas municipais, efetuadas por meio de documento de arrecadação municipal – DAM e sua respectiva prestação de contas, 21/12/2020, PC 1148/2020. CONTRATADO: BANCO BRADESCO S/A, 618/2020, credenciamento de Instituições Financeiras e Instituições de Pagamentos para a prestação de serviços bancários, sem exclusividade, para arrecadação de tributos e demais receitas municipais, efetuadas por meio de documento de arrecadação municipal – DAM e sua respectiva prestação de contas, 21/12/2020, PC 1148/2020. CONTRATADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, 619/2020, credenciamento de Instituições Financeiras e Instituições de Pagamentos para a prestação de serviços bancários, sem exclusividade, para arrecadação de tributos e demais receitas municipais, efetuadas por meio de documento de arrecadação municipal – DAM e sua respectiva prestação de contas, 21/12/2020, PC 1148/2020.

CONTRATADO: ITAÚ UNIBANCO S/A, 620/2020, credenciamento de Instituições Financeiras e Instituições de Pagamentos para a prestação de serviços bancários, sem exclusividade, para arrecadação de tributos e demais receitas municipais, efetuadas por meio de documento de arrecadação municipal – DAM e sua respectiva prestação de contas, 21/12/2020, PC 1148/2020. CONTRATADO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, 621/2020, credenciamento de Instituições Financeiras e Instituições de Pagamentos para a prestação de serviços bancários, sem exclusividade, para arrecadação de tributos e demais receitas municipais, efetuadas por meio de documento de arrecadação municipal – DAM e sua respectiva prestação de contas, 21/12/2020, PC 1148/2020. CONTRATADO: SUPRIMIX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP, 622/2020, aditamento ao contrato nº 538/2018, contratação de empresa para prestação de serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva dos Equipamentos e Acessórios para a Rede de Gases Medicinais do complexo Hospitalar da Santa Luzia e Hospital e Maternidade São Lucas, R\$ 126.934,68, 22/12/2020, PA 11771/2018. CONTRATADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BIRIGUI, 623/2020, aditamento ao contrato nº 139/2020, que trata da contratação de empresa, em caráter emergencial, para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde da rede de urgência e emergência – Hospital de Campanha, para enfrentamento do COVID-19, 22/12/2020, PA 1938/2020. CONTRATADO: CONSÓRCIO RIBEIRÃO PIRES TRÂNSITO, 624/2020, aditamento ao contrato nº 642/2019, contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento e gestão eletrônica de tráfego de veículos, através de sistemas, equipamentos e serviços técnicos no sistema viário do Município de Ribeirão Pires, R\$ 2.790.500,00, 07/12/2020, PA 8871/2019. CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AÇÃO SOCIAL CRISTÃ, 625/2020, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para criança e adolescentes de 06 a 15 anos, R\$ 21.600,00, 22/12/2020, PA 6216/2020. CONTRATADO: KON TATO COMERCIAL LTDA - EPP, 627/2020, aditamento ao contrato nº 165/2020, contratação de empresa em caráter emergencial para locação de digitalizador CR com impressora para o hospital de campanha, R\$ 9.100,00, 22/12/2020, PA 3227/2020. CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, 628/2020, aditamento ao contrato nº 518/2018, contratação de empresa especializada em seguro de vida para estagiários de diversas secretarias, R\$ 9.800,88, 02/12/2020, PA 47/2019. CONTRATADO: EMPARSANCO ENGENHARIA S/A, 629/2020, aditamento ao contrato nº 001-A/2020, contratação de empresa para prestação de serviços de recapeamento asfáltico em diversas ruas do Município, R\$ 6.039.096,87, 21/12/2020, PA 3109/2019. CONTRATADO: INSIGHT INFORMÁTICA LTDA - EPP, 630/2020, aditamento ao contrato nº 364/2020, contratação de empresa especializada para locação de software de gerenciamento e controle de ponto; site de manutenção das inconsistências de forma descentralizada e, suporte técnico e, serviços de instalação e capacitação aos usuários, R\$ 16.592,96, 11/12/2020, PA 4140/2020.

## **Decretos:**

### **DECRETO Nº 7.098, DE 07 DE JANEIRO DE 2021**

Dispõe sobre as ordenações de despesas efetuadas por meio de empenhos, as transferências bancárias entre contas do Município de Ribeirão Pires (PMRP), e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, DECRETA:

Art. 1º Todas as ordenações de despesas efetuadas por meio de empenhos, as transferências bancárias entre contas do Município de Ribeirão Pires (PMRP) - CNPJ nº 46.522.967/0001-34, as ordens de pagamento aos fornecedores e os cheques, independentemente do valor, no âmbito da Administração Municipal, com a estrita observação da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, deverão receber, exclusivamente, as assinaturas:

I - Do(a) Secretário(a) de Finanças ou do(a) Secretário(a) de Governo, em conjunto com o(a) Diretor(a) de Contabilidade e Orçamento ou Diretor(a) de Tesouraria;

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 07 de janeiro de 2021 – 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI Prefeito

RANGEL FERREIRA Secretário de Assuntos Jurídicos

RICARDO NARDELLI JÚNIOR Secretário de Governo

EDUARDO MONTEIRO PACHECO Secretário de Finanças

Processo Administrativo no 2415/13

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

### **DECRETO Nº 7.099, DE 07 DE JANEIRO DE 2021**

Dispõe sobre as ordenações de despesas efetuadas por meio de empenhos, as transferências bancárias entre contas do Fundo Municipal de Saúde de Ribeirão Pires – FMS, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, DECRETA:

Art. 1º Todas as ordenações de despesas efetuadas por meio de empenhos, as transferências bancárias entre contas do Fundo Municipal de Saúde de Ribeirão Pires (FMS) - CNPJ nº 12.928.308/0001-80, as ordens de pagamento aos fornecedores e os cheques, independentemente do valor, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, com a estrita observação da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, deverão receber, exclusivamente, as assinaturas:

do(a) Secretário(a) de Saúde ou do(a) Secretário(a) de Finanças, em conjunto com o(a) Analista Contábil e Financeiro ou Diretor(a) de Tesouraria;

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 07 de janeiro de 2021 – 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI Prefeito

RANGEL FERREIRA Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO Secretário de Finanças

AUDREI DA ROCHA SILVA Secretário de Saúde e Higiene

Processo Administrativo no 2415/13

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

## DECRETO Nº 7.100, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre as ordenações de despesas efetuadas por meio de empenhos, as transferências bancárias entre contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Ribeirão Pires (FMAS), e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, DECRETA:

Art. 1º Todas as ordenações de despesas efetuadas por meio de empenhos, as transferências bancárias entre contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Ribeirão Pires (FMAS) - CNPJ nº 17.143.195/0001-21, as ordens de pagamento aos fornecedores e os cheques, independentemente do valor, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, com a estrita observação da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, deverão receber, exclusivamente, as assinaturas:

I – Do(a) Secretário(a) de Assistência Social e Cidadania ou do(a) Secretário(a) de Finanças, em conjunto com o Diretor(a) de Contabilidade e Orçamento ou Diretor(a) de Tesouraria.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 07 de janeiro de 2021 – 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI Prefeito

RANGEL FERREIRA Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO Secretário de Finanças

LEONARDO PENNA DE BIAZI Secretário de Assistência Social e Cidadania

Processo Administrativo nº 2415/13

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

## DECRETO Nº 7.101, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre as ordenações de despesas efetuadas por meio de empenhos, as transferências bancárias entre contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão Pires (FMDCA), e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, DECRETA:

Art. 1º Todas as ordenações de despesas efetuadas por meio de empenhos, as transferências bancárias entre contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ribeirão Pires (FMDCA) - CNPJ nº 28.420.459/0001-63, as ordens de pagamento aos fornecedores e os cheques, independentemente do valor, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, com a estrita observação da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, deverão receber, exclusivamente, as assinaturas:

I – Do(a) Secretário(a) de Assistência Social e Cidadania ou do(a) Secretário(a) de Finanças, em conjunto com o Diretor(a) de Contabilidade e Orçamento ou Diretor(a) de Tesouraria.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 07 de janeiro de 2021 – 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI Prefeito

RANGEL FERREIRA Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO Secretário de Finanças

LEONARDO PENNA DE BIAZI Secretário de Assistência Social e Cidadania

Processo Administrativo nº 2415/13

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

## DECRETO Nº 7.102, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre as ordenações de despesas efetuadas por meio de empenhos, as transferências bancárias entre contas do Fundo Municipal de Apoio à Pessoa Idosa (FMAPI), e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, DECRETA:

Art. 1º Todas as ordenações de despesas efetuadas por meio de empenhos, as transferências bancárias entre contas do Fundo Municipal de Apoio à Pessoa Idosa (FMAPI) - CNPJ nº 35.834.901/0001-63, as ordens de pagamento aos fornecedores e os cheques, independentemente do valor, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, com a estrita observação da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, deverão receber, exclusivamente, as assinaturas:

I – Do(a) Secretário(a) de Assistência Social e Cidadania ou do(a) Secretário(a) de Finanças, em conjunto com o Diretor(a) de Contabilidade e Orçamento ou Diretor(a) de Tesouraria.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 07 de janeiro de 2021 – 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI Prefeito

RANGEL FERREIRA Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO Secretário de Finanças

LEONARDO PENNA DE BIAZI Secretário de Assistência Social e Cidadania

Processo Administrativo nº 2415/13

Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

## Decreto Nº. 7.089 de 08 de Dezembro de 2020.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar

Adler Alfredo Jardim Teixeira, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº. 6.432 de 03 de dezembro de 2019

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto no Departamento de Controle Orçamentário da Secretaria de Finanças, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.020.833,33 (Três milhões vinte mil oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) destinados a atender as seguintes dotações do orçamento vigente, assim classificadas:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	Valor
02.01.01	04.122.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	80.000,00
02.02.01	04.131.0015.2.136	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	6.400,00
02.03.01	03.122.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	19.000,00
02.03.01	03.122.0015.2.136	3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação	4.500,00
02.04.01	04.122.0015.2.136	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	5.000,00
02.04.01	04.122.0015.2.136	3.1.91.13.00	Contribuições Patronais	15.000,00
02.04.04	04.122.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	75.000,00
02.05.01	04.122.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	150.000,00

02.05.01	28.843.0000.0.180	3.2.91.21.00	Juros sobre a Dívida por Contrato Intra Orçamentária	158.000,00
02.05.01	28.843.0000.0.180	4.6.91.71.00	Principal da Dívida Contratual Resgatada Intra Orçamentária	457.000,00
02.05.01	28.841.0000.0.180	4.6.91.77.00	Principal da Dívida Contratual Refinanciada Intra Orçamentária	70.000,00
02.05.02	04.122.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	15.000,00
02.05.03	04.122.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	14.000,00
02.06.01	15.451.0015.2.136	3.1.91.13.00	Contribuições Patronais	2.000,00
02.06.01	15.451.0015.2.136	3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação	3.500,00
02.07.01	15.122.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	320.000,00
02.07.01	15.122.0015.2.136	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	30.000,00
02.08.02	12.361.0015.2.139	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	56.000,00
02.08.02	12.365.0015.2.135	3.3.90.08.00	Outros Benefícios Assistenciais	192.000,00
02.08.04	12.367.0015.2.139	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	1.000,00
02.09.01	10.122.0015.2.137	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	18.000,00
02.09.01	10.122.0015.2.137	3.3.90.36.00	Outros Serv. Terc. Pes. Física	1.000,00
02.09.03	10.302.0015.2.137	3.3.90.08.00	Outros Benefícios Assistenciais	82.100,00
02.09.04	10.305.0015.2.137	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	60.000,00
02.10.01	08.122.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	300.000,00
02.10.02	08.244.0015.2.136	3.3.90.49.00	Auxílio Transporte	3.000,00
02.12.01	06.181.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	343.000,00
02.13.01	18.122.0015.2.136	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	1.000,00
02.14.01	23.695.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	4.000,00
02.14.01	23.695.0015.2.136	3.1.91.13.00	Contribuições Patronais	2.500,00
02.15.01	04.122.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	130.000,00
02.15.01	04.122.0015.2.136	3.1.91.13.00	Contribuições Patronais	4.500,00
02.16.01	15.452.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	38.000,00
02.16.01	15.452.0015.2.136	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	4.000,00
02.17.01	04.122.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	95.000,00
02.19.01	04.122.0015.2.136	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	1.000,00
02.20.01	04.121.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	35.000,00
02.21.01	16.122.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	56.000,00
02.22.01	13.392.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	120.000,00
02.22.01	13.392.0015.2.136	3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação	7.000,00
02.22.01	13.392.0015.2.136	3.3.90.49.00	Auxílio Transporte	3.000,00
02.22.01	13.392.0045.2.026	3.3.90.31.00	Prem.Cult.Artist.Cient.Desp. e Outras	38.000,00
02.22.01	13.392.0045.2.026	3.3.50.41.00	Contribuições	1.333,33
			TOTAL	3.020.833,33

Art. 2º- O valor do crédito adicional suplementar indicado no Artigo 1º, será coberto com redução parcial das seguintes dotações do orçamento vigente, assim classificadas:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	Valor
02.05.01	28.846.0000.0.180	3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais	410.000,00
02.05.01	28.841.0000.0.180	4.6.90.77.00	Principal Cor.Div.Contr.Refín.	275.000,00
02.08.02	12.365.0015.2.135	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	1.800.000,00
02.09.03	10.302.0015.2.137	3.1.90.11.00	Vencos e Vantagens Fixas Pes Civil	496.500,00
02.22.01	13.392.0045.2.026	3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	39.333,33
			TOTAL	3.020.833,33

Art. 3º- Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 08 de dezembro de 2.020 – 306º. Ano da Fundação e 66º da Instalação do Município.

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA

Prefeito

LIZ ITA DOTTA

Secretária de Assuntos Jurídicos

ANTONIA CONSTÂNCIO

Secretária de Finanças

Publicado no Órgão de Imprensa Oficial

Processo n.º 87/2020

DECRETO Nº 7.097, de 05 de janeiro de 2.021

Disciplina a execução orçamentária e fixa o Anexo de Distribuição de Recursos, para o exercício de 2021.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de fixar normas e procedimentos a serem praticados uniformemente na execução da despesa da Cidade de Ribeirão Pires,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Da Programação Orçamentária

Art. 1º. A execução orçamentária do Município, para o exercício financeiro de 2021, obedecerá ao disposto no Orçamento-Programa aprovado pela Lei n.º 6.517 de 02 de dezembro de 2020, às diretrizes orçamentárias fixadas pela Lei n.º 6.483 de 02 de julho de 2020, à Lei Federal n.º 4.320, 17 de março de 1964, a Lei Complementar n.º 101, de 04 de Maio de 2000, e ao disposto neste decreto.

Art. 2º. O dirigente de cada Órgão, com base nos valores das dotações definidas nos Anexos da Lei Orçamentária, deverá adequar a sua programação orçamentária, de forma a melhor viabilizar as ações constantes de seu Plano de Trabalho, nos termos definidos pela atual Administração, obedecendo sempre:

- I. o montante de cada quota mensal estabelecida para o órgão (Anexo I);
- II. o limite da dotação disponível por elemento econômico, observadas as eventuais alterações orçamentárias procedidas por suplementação ou redução, mediante lei ou decreto e, da mesma forma, as alterações dos valores da quota de regularização, nos termos do disposto neste decreto, especialmente o disposto no Parágrafo único do artigo 13 deste decreto;
- III. o montante disponível estabelecido para cada atividade ou projeto, aprovado no Orçamento-Programa/2021, observadas as eventuais alterações procedidas nos termos deste Decreto, especialmente os recursos orçamentários disponibilizados nos termos do Anexo I;
- IV. as disposições contidas na Lei federal 4.320, de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar n.º 101 de 04 de Maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021, no Plano Plurianual - PPA e nas demais legislações que disciplinam a execução da despesa pública.

Parágrafo único. Os valores de referência para o exercício de 2021 são aqueles aprovados pela Lei n.º 6.483 de 02 de julho de 2020, e seus anexos, os quais serão disponibilizados nos termos do Anexo I e das demais normas contidas neste Decreto.

Art. 3º. Será constituída uma comissão formada pelo Secretário de Finanças e Secretário de Governo, com o objetivo de analisar e avaliar a contratação de despesas, inclusive a renovação por aditamento de contratos, em relação ao Plano de Governo que está expresso nas Diretrizes Orçamentárias, nas programações orçamentárias, nas prioridades levantadas pelo processo de Orçamento Participativo, e nos valores das quotas mensais de cada Órgão fixadas neste Decreto.

CAPÍTULO II

Da Reserva

Art. 4º. A reserva orçamentária é o procedimento administrativo previsto na Lei Federal n.º 8.666/93 que precede a realização da despesa e que abate, contabilmente, parcela da dotação orçamentária autorizada e disponibilizada, até o limite desta, e compatibilizada com cada órgão.

§1º. A solicitação de reserva (Anexo V) de despesa deverá ser acompanhada:

- a) da requisição de compra de bens e /ou serviços devidamente preenchida (data, objeto detalhado, finalidade da despesa, número da dotação, conta corrente para os recursos vinculados, saldo atualizado da dotação naquela data, valor estimado da despesa com as respectivas cotações de preços, distribuição mensal no caso de despesas de duração continuada, e assinatura do Secretário);
- b) do respectivo processo administrativo e/ou de compra, quando se tratar de contratos em andamento, inclusive para os casos em que houver necessidade de aditamento de valor.

§2º. A solicitação de Reserva de despesa (Anexo V) deverá ser encaminhada para análise e aval da Comissão constituída nos termos do artigo 3º.; atendendo para o disposto no §2º do artigo 6º, após prévia e obrigatória análise dos gestores orçamentários das respectivas Secretarias.

§3º. A reserva orçamentária deverá ser efetuada pelo valor integral da compra ou contrato a ser licitado, indicando-se o cronograma mensal de desembolso.

§4º. Nenhuma solicitação de reserva será recebida ou terá prosseguimento na Secretaria de Finanças sem a observância das disposições dos parágrafos anteriores.

CAPÍTULO III

Da Solicitação De Empenho

Art. 5º. Solicitação de Empenho é o ato formal contendo todas as informações e procedimentos mencionadas no artigo 4º deste decreto e, adicionalmente, a autorização da despesa pelo Dirigente do Órgão competente, quando já cumpridas as etapas essenciais para a emissão de empenho;

Art. 6º. A solicitação de Empenho deverá ser elaborada em formulário próprio (Anexo IV) e obedecerá aos valores definidos na reserva orçamentária.

§1º. Em ocorrendo divergência nos valores especificados no "caput" deste artigo, deverão ser adotadas as seguintes providências:

I. no caso do valor constante da solicitação de empenho ser superior ao valor reservado, a Secretaria de Finanças ou a Secretaria de Administração no caso de licitações informará à Secretaria interessada, que deverá alternativamente:

a) decidir pela diminuição da despesa pretendida, efetuando uma nova solicitação de empenho, em valores compatíveis com os valores reservados, caso a natureza e grau de imprescindibilidade da despesa assim o permitam;

b) decidir pela manutenção do valor da despesa, se assim for recomendável, e neste caso providenciar:

b.1.) encaminhamento do processo para a Comissão constituída nos termos do artigo 3.º, visando as providências previstas no artigo 4.º e parágrafos, informando o remanejamento de recursos orçamentários no formulário específico (Anexo II):

b.2.) avaliação por parte da Comissão da possibilidade de ampliação dos limites da quota mensal que estiver insuficiente, cujo atendimento dependerá de;

b.2.1.) existência de fluxo de ingressos em níveis superiores ao previsto inicialmente para a receita municipal (conforme Anexo I); e/ou

b.2.2.) existência de eventual excesso de disponibilidade, na quota mensal correspondente, em qualquer outro Órgão da PREFEITURA, em montante que viabilize o remanejamento das disponibilidades entre os Órgãos; e/ou

b.2.3.) revisão de programação.

II. se o valor da solicitação de empenho for inferior ao reservado, e o saldo remanescente da reserva for desnecessário, à área deverá solicitar o cancelamento do saldo excedente da reserva.

§2º. No início do exercício financeiro de 2021 os dirigentes dos Órgãos, nos termos das competências fixadas neste artigo, deverão providenciar, a emissão de solicitações de empenho para todo o exercício, (ou no caso de contratos, até seu termo final no exercício), pelo valor total para as seguintes despesas:

I. vencimentos, salários, vantagens pessoais e outros acréscimos aos funcionários e servidores da Municipalidade, cujo gerenciamento é de responsabilidade da Secretaria de Administração;

II. obrigações patronais e outros encargos previdenciários, cujo gerenciamento é de responsabilidade da Secretaria de Administração;

III. manutenção da frota de veículos, combustível, material estocável, cujo gerenciamento é de responsabilidade da Secretaria de Administração;

IV. consumo de água, energia elétrica, telefone, cujo gerenciamento é de responsabilidade da Secretaria de Administração;

V. iluminação pública e limpeza pública cujo gerenciamento centralizado é da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

VI. amortização e encargo da dívida, cujo gerenciamento é de responsabilidade da Secretaria de Finanças;

VII. acordos e precatórios judiciais, cujo gerenciamento é de responsabilidade da Secretaria de Assuntos Jurídicos e da Secretaria de Finanças;

VIII. contratos já celebrados e em continuação, para a realização de obras e serviços ou fornecimento de materiais e locação de imóveis e equipamentos, cujo gerenciamento é da respectiva Secretaria a qual a despesa estiver alocada.

IX. Contratos de publicação de atos oficiais, publicidade e divulgação, cujo gerenciamento é da Secretaria de Comunicação.

X. Convênios, ajustes, necessários para repasses financeiros à entidades.

§3º. Durante o exercício, as solicitações de novas reservas e empenhamento obedecerão ao disposto neste artigo.

§4º. O Empenho dependerá da emissão, pelo órgão interessado, da correspondente solicitação de empenho (Anexo IV) a ser encaminhada para a Secretaria de Finanças com antecedência mínima de 10 dias do prazo necessário para sua efetivação.

#### CAPÍTULO IV

##### Do Empenho

Art. 7º. Empenho é o ato da autoridade competente que abate, contabilmente, a respectiva reserva efetuada, criando para o Poder Público obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.

Art. 8º. O empenho obedecerá as classificações institucionais, funcionais-programáticas e econômicas consoante valores definidos na solicitação de empenho, salvo se, diante da análise processual, contábil e legal, procedida pelas áreas técnicas da Secretaria de Finanças, for detectado impedimento para a sua efetivação.

§1º. Na ocorrência de constatação de impedimento de que trata o "caput" deste artigo, a Secretaria de Finanças restituirá o expediente ao órgão interessado, para regularização do mesmo.

§2º. O eventual saldo de empenho estimativo decorrente do encerramento de contratos e de outras despesas deverá ser objeto de pedido de cancelamento, por parte da Secretaria responsável pela execução, para a Secretaria de Finanças.

#### CAPÍTULO V

##### Da Liquidação e Pagamento

Art. 9º. Liquidação é o ato da autoridade competente que define, com precisão do valor e do mês de ocorrência, a parcela da despesa a ser liquidada na oportunidade em relação ao montante da despesa objeto do Empenho anteriormente emitido.

Art. 10. A liquidação abate, contabilmente, o valor do saldo de Empenho, por estimativa, global ou ordinário, a que se refere e será emitido sempre após ter sido concretizado o atestado de realização e entrega do bem, serviço ou obra objeto do empenhamento no respectivo documento fiscal, respeitando-se o cronograma mensal de desembolso.

§1º. A liquidação dependerá da emissão, pelo órgão interessado, da correspondente solicitação de liquidação pagamento (anexo III), com antecedência de 10 dias do vencimento, que guardará perfeita conformidade com os dados do Empenho correspondente, e com o documento fiscal respectivo.

§2º. O pagamento será realizado após a liquidação da despesa realizada pela Gerência de Controle Orçamentário (Secretaria de Finanças) no prazo previsto no §1º.

#### CAPÍTULO VI

##### Do Processamento da Despesa

Art. 11. Nenhuma despesa será realizada sem que:

I. Haja dotação orçamentária prevista para sua finalidade, com saldo suficiente e disponível, através da juntada da competente solicitação de Reserva, solicitação de empenho ou de liquidação (pagamento), onde conste:

- Razão social do credor;
- A codificação institucional, funcional-programática e econômica, em que se enquadra a despesa;
- O montante da despesa e a sua distribuição nas diversas quotas mensais;
- A identificação da modalidade de licitação procedida, ou da dispensa ou inexigibilidade da mesma;
- O número do contrato, quando for o caso, e o número do processo correspondente.

II. Conste, nos autos correspondentes, a comprovação da execução dos serviços ou das obras, ou da entrega dos bens, pela autoridade competente do Órgão interessado e que a execução corresponda ao definido em contrato ou em outro documento equivalente.

III. Sem que haja a comprovação da efetiva disponibilidade financeira compatível com a execução orçamentária.

IV. Esteja de acordo com a Lei Orgânica do Município, com a Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964 e Lei Federal nº 8666, de 30 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar n.º 101 de 04 de Maio de 2000, bem como as demais leis e princípios que regem a execução da despesa pública;

Art. 12. As despesas com pessoal, encargos previdenciários, e salário família, inclusive, horas extras, diferenças e, assim como, quaisquer outras complementações serão pagas apenas nas seguintes datas, desde que devidamente atestadas pelo Secretário de Administração:

I. dia 15 de cada mês; quando do pagamento geral do adiantamento salarial;

II. último dia útil de cada mês, quando do pagamento geral da parcela restante do salário;

§1º. Não se incluem, nas disposições contidas no parágrafo anterior, as despesas com 13º salário, férias e as decorrentes de terminos ou rescisões de contrato de trabalho.

#### CAPÍTULO VII

##### Das Despesas e Receitas Vinculadas

Art. 13. Constituem-se vinculadas, para efeito de controle especial da municipalidade:

- I. as despesas e receitas dos Fundos Especiais, nos termos das leis que os criaram;
- II. as despesas aplicadas no desenvolvimento do ensino e as receitas de impostos, nos termos da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases (Lei n.º 9.394/96), e da Lei Orgânica do Município.
- III. as despesas e receitas vinculadas aos programas da seguridade social (saúde e assistência social).
- IV. as receitas e despesas que sejam objetos de contrato de financiamento ou decorrentes de transferências por força de convênios.

Art. 14. O controle das despesas e receitas previstas no artigo anterior, bem como à prestação de contas, cabem aos dirigentes dos Órgãos a que os mesmos estão vinculados e, subsidiariamente, à Secretaria de Finanças.

§1º. Para efeito de subsidiar os trabalhos de apuração dos recursos apropriados direta ou indiretamente no ensino, a Secretaria de Administração, através de sua Divisão de Recursos Humanos, encaminhará à Secretaria de Finanças, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, o demonstrativo das quantidades de funcionários existentes no último dia do mês imediatamente anterior, com os respectivos vencimentos brutos e líquidos, no quadro geral da Prefeitura e, especialmente destacados, os vinculados às atividades ou projetos ligados diretamente à manutenção e desenvolvimento do ensino (fundamental e infantil) e saúde nos termos das programações.

§2º. As prestações de contas deverão ser encaminhadas mensalmente a Secretaria de Finanças. §3º. Não será permitido remanejamento orçamentário entre dotações vinculadas, nem de dotações vinculadas para dotações não vinculadas, exceto se ficar caracterizado a existência de recursos financeiros (excesso de arrecadação projetado) para sua realização.

#### CAPÍTULO VIII

Do Encerramento do Exercício

Art. 15. O encerramento do exercício orçamentário de 2021 será realizado com base nos seguintes prazos básicos:

- I. após 30/11/2021, não serão mais considerados, pela Secretaria de Finanças, qualquer pedido de alteração orçamentária, ou mesmo desvinculação de recursos da Quota de Regularização, exceto quando se tratar de suplementar dotação de pessoal e seus reflexos e as despesas previstas no artigo 19.
- II. após 14/12/2021, não mais serão emitidos empenhos, exceto os que se destinarem ao processamento das despesas com pessoal e seus reflexos e as despesas previstas no artigo 19.
- III. até 10/12/2021, deverão ocorrer as prestações de contas referente aos pedidos de adiantamentos, sob pena de desconto do valor devido na folha de pagamento do responsável pelo adiantamento.
- IV. serão admitidas exceções desde que devidamente justificadas pela Secretaria de origem e analisadas pela Comissão constituída nos termos do art. 3º deste Decreto e autorizadas pelo Sr. Prefeito.

#### CAPÍTULO IX

Das Disposições Complementares

Art. 16. Fica limitado a R\$ 3.000,00 (Três mil reais), por Secretaria o valor máximo bimestral previsto no artigo 7º da Lei Municipal nº 4.963 de 16 de maio de 2006, que dispõe sobre o regime de adiantamento.

§1º. O limite fixado no "caput" deste artigo poderá ser superior, desde que limitados ao valor previsto, na legislação citada, para a Secretaria Chefes do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Educação, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Saúde, para as despesas vinculadas (Fundos Especiais, Programas da Seguridade Social).

§2º. As prestações de contas deverão estar acompanhadas dos extratos bancários da conta corrente do Adiantamento, dos responsáveis pelo pedido referente a movimentação do período.

Art. 17. A Secretaria de Finanças e/ou Comissão constituída nos termos do artigo 3º poderão baixar, através de Resolução, Instruções Complementares às normas constantes deste Decreto, abrangendo, principalmente;

- I. os procedimentos necessários para que a execução das despesas da municipalidade ocorra em perfeita conformidade com este Decreto, principalmente, para que sejam obedecidos os princípios e normas existente na legislação em vigor;
- II. o estabelecimento de mecanismos processuais contábeis e eletrônicos que viabilizem o contínuo e eficiente acompanhamento da evolução da execução da despesa pública da municipalidade e que permitam evitar o descontrole e desvio dos objetivos definidos nas Diretrizes Orçamentárias, nas Programações orçamentárias, nas prioridades levantadas pelo Orçamento Participativo e nas disposições deste Decreto.

#### CAPÍTULO XIV

Das Disposições Finais

Art. 18. O Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires – IMPRERP, autarquia municipal, deverá propor a edição de Decreto específico para regulamentar a execução orçamentária da autarquia até o dia 31 de Janeiro de 2021.

Art. 19. Os Restos a Pagar pendentes de liquidação e pagamento até 30 de junho de 2021 serão automaticamente cancelados pela Secretaria de Finanças.

Parágrafo único. As exceções deverão ser devidamente justificadas pelos dirigentes dos Órgãos, analisadas pela Comissão constituída nos termos do art. 3º deste Decreto e autorizadas pelo Senhor Prefeito.

Art. 20. As despesas realizadas em desacordo com as determinações constantes deste Decreto serão objeto de imediata apuração de responsabilidade.

Art. 21. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 05 de janeiro de 2021 – 307º. Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI Prefeito

RANGEL FERREIRA Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO Secretário de Finanças

Anexo I - Decreto nº. 7.097/2021, de 05/01/2021 - Receitas Previstas em Metas Bimestrais

Art.8º e 13º da Lei Complementar nº 101/2000.

CATEGORIA ECONÔMICA FONTES	Prevista 2.021	JANEIRO	FEVEREIRO	1º BIMESTRE	MARÇO	ABRIL	2º BIMESTRE	MAIO	JUNHO	3º BIMESTRE
RECEITAS CORRENTES	368.671.000									
RECEITA TRIBUTÁRIA	107.254.500									
IMPOSTOS	101.847.500									
I.P.T.U.	53.022.500									
IMPOSTO S/RENDA PROV.QUALQ.NAT	8.300.000									
IMPOSTO S/TRANSM INTER VIVOS	4.000.000									
IMP S/SERV QUALQUER NATUREZA	36.525.000									
TAXAS	5.407.000									
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	35.684.000									
RECEITA PATRIMONIAL	6.459.900									
RECEITAS DE SERVIÇOS	130.000									
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	209.966.600									
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.176.000									
RECEITAS DE CAPITAL	4.180.000									
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.180.000									
RECEITA TOTAL	372.851.000									

Anexo I - Decreto nº. 7.097, de 05/01/2021 - Receitas Previstas em Metas Bimestrais

Art.8º e 13º da Lei Complementar nº 101/2000.





Orgãos	Orçamento					Quotas de Regularização		Crédito Disponível		Valor da Quotas Mensais	
	Total Autorizado		Correntes		Capital						
	Ordinário	Vinculado	Ordinário	Vinculado	Vinculado	Ordinário	Vinculado	Ordinário	Vinculado	Ordinário	Vinculado


--	--	--	--	--	--	--

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	

ANEXO II – Decreto de Execução Orçamentária nº 7.097, DE 05/01/2021

De: Secretaria \_\_\_\_\_  
Para: Comissão de Execução Orçamentária

Realocação de Quotas Orçamentárias (Artigo 13º)

Quotas a serem aumentadas (Limitado ao saldo da DR)				Quotas a serem reduzidas (limitado ao saldo da DR)			
DR	VINCULO	MÊS	VALOR	DR	VINCULO	MÊS	VALOR

-Natureza da despesa a ser atendida:

\_\_\_\_\_.

- Razões pelas quais a presente despesa deve ser priorizada e porque não foi priorizada anteriormente:

\_\_\_\_\_.

- Consequências da redução das quotas:

\_\_\_\_\_.

Obs: Caso utilize a mesma DR várias vezes, na mesma solicitação, FAVOR TOTALIZAR

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura e Carimbo \_\_\_\_\_

Secretário

Credor \_\_\_\_\_

Solicito o pagamento da Nota Fiscal nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ no valor de  
R\$ \_\_\_\_\_, referente ao contrato / fornecimento abaixo:

Contrato nº \_\_\_\_\_ (Se for o caso)

Valor para o exercício R\$ \_\_\_\_\_

Valor Mensal (Quota) \_\_\_\_\_ R\$ \_\_\_\_\_

Vencimento da NF. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Onerar conta ☐ Movimento Vinculado ☐ Nº da Conta \_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_

Título do vínculo \_\_\_\_\_

Nº da Conta Corrente do Favorecido (Sem Rasuras):

Banco \_\_\_\_\_ Agência \_\_\_\_\_ Conta Corrente nº \_\_\_\_\_

#### Posição Atual do Contrato

EMPENHO Nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Pagamento efetuados ..... R\$ \_\_\_\_\_

Saldo do EE ..... R\$ \_\_\_\_\_

(-) Este pagamento ..... R\$ \_\_\_\_\_

Saldo para mês seguinte (EE) ..... R\$ \_\_\_\_\_

Vencimento do Contrato ..... \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Saldo do Empenho a anular ..... R\$ \_\_\_\_\_

(se for o caso)

Declaro que a presente solicitação está amparada pela legislação vigente, podendo ser efetuada a ordem de pagamento.

\_\_\_\_\_  
Emitente – Nome – RG - Assinatura

\_\_\_\_\_  
Secretário (a) – Assinatura e Carimbo

#### Observação:

O Departamento Contábil Financeiro deverá retornar o expediente a origem, caso seja ultrapassada a quota mensal definida para o contrato.

Anexo IV - Decreto de Execução Orçamentária nº 7.097, DE 05/01/2021

#### Solicitação de Empenho

Solicito abertura de empenho conforme abaixo:

TIPO: ☐ Ordinário ☐ Estimativo ☐ Global

ORGÃO: \_\_\_\_\_ UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: \_\_\_\_\_

Nº DA RESERVA: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_\_ CÓD. REDUZIDO: \_\_\_\_\_

CREDOR: \_\_\_\_\_

VALOR DO EMPENHO: \_\_\_\_\_

VALOR DA RESERVA ANTES DO EMPENHO: R\$ \_\_\_\_\_

SALDO DA RESERVA APÓS O EMPENHO: R\$ \_\_\_\_\_

Declaro que a presente despesa teve a tramitação regular e obedeceu às legislação vigente que rege a matéria.

Emitente – Nome – RG - Assinatura

Secretário – Assinatura e Carimbo

Observação:

O Departamento Contábil Financeiro deverá retornar o expediente à origem, caso seja ultrapassada a quota mensal definida para o contrato.

Anexo V – Decreto de Execução Orçamentária nº 7.097, DE 05/01/2021

Solicitação de Reserva

Solicito reservar R\$

Onerando a Dotação

DR: Vínculo

Declaro que a despesa objeto deste expediente tem a adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LM 6.517/20) e compatibilidade com o Plano Plurianual (LM 6.163/17) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LM 6.483/20).

Ribeirão Pires \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Secretário – Assinatura e Carimbo

REQUISIÇÃO DE COMPRA: MATERIAIS/ SERVIÇOS

1-DATA DE EMISSÃO

2- Nº INTERNO DA SECR.

3-Nº DA REQUISIÇÃO EM EXERCÍCIO DE COMPRAS

4-SECRETARIA

5-GERÊNCIA

6-UNIDADE REQUISITANTE

7-CÓD.UNIDADE DE CUSTO

8- DESCRIÇÃO COMPLETA DOS MATERIAIS/ SERVIÇO

1  
2  
3  
4  
5

INALIDADE DA COMPRA

CAMPO 10

COTAÇÃO 1

COTAÇÃO 2

COTAÇÃO 3

COTAÇÃO 4

UNITÁRIO

TOTAL

UNITÁRIO

TOTAL

UNITÁRIO

TOTAL

UNITÁRIO

TOTAL

FORNECEDOR

FONE

CONTATO

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10

VALOR TOTAL

PRAZO PGTO

PRAZO  
ENTEGRA  
11-DOTAÇÃO Nº

13-SALDO ANTERIOR: 14-VALOR DA RESERVA:  
16-CONTA CORRENTE RECURSO VINCULADO SIM ( ) NÃO ( ) Nº

12- DR Nº  
15-SALDO ATUAL:

17-AUTORIZAÇÃO DO SECRETÁRIO

18-DATA

ANÁLISE DA COMISSÃO

ENTRADA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

RETORNA A SECRETARIA REQUISITANTE

DATA DE ENTRATA NO DEPTO. COMPRA:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

VISTO:  
VISTO: